



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 66885 - MG (2021/0214031-2)

RELATOR : MINISTRO MANOEL ERHARDT (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF-5ª REGIÃO)
RECORRENTE : BRUNA ALVES DE SOUZA
ADVOGADO : EDER ANTONIO COELHO DE RESENDE - MG107594
RECORRIDO : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR : PAULO DE TARSO JACQUES DE CARVALHO - MG056401

DECISÃO

Cuida-se de recurso em mandado de segurança, com pedido de liminar, interposto, com base no art. 105, inciso II, *b*, da Constituição Federal e art. 1.027, II, *a*, do Código de Processo Civil, por BRUNA ALVES DE SOUZA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS que denegou o *writ*.

Alega a recorrente que:

[...] o *fumus boni iuris* está presente no caso em apreço, tendo em vista que a Recorrente possui direito líquido e certo, em razão de ter sido aprovada dentro do número de vagas constante do edital, e que a vaga almejada surgiu dentro do prazo de validade do concurso a qual a mesma foi aprovada (fl. 432).

Requer o provimento do recurso ordinário em mandado de segurança com a determinação de que a autoridade coatora nomeie e dê posse à impetrante no cargo de "Especialista de Educação Básica - EEB - Nível I, Grau A, Orientação Educacional - SER - Monte Carmelo, Município de Classificação: Monte Carmelo" (fl. 433).

É, no essencial, o relatório. Decido.

A concessão de medida liminar em recurso em mandado de segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no *mandamus*, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Em análise sumária, verifica-se que o *periculum in mora* não está evidenciado, pois não há risco de ineficácia da concessão da ordem mandamental na hipótese de a liminar não ser desde logo deferida. A recorrente não comprovou o risco de

dano irreparável.

Ademais, no presente caso, o pedido de liminar – nomear e dar posse à impetrante – confunde-se com o próprio mérito do recurso, circunstância que demonstra a natureza satisfativa do pleito, cuja análise pormenorizada compete ao colegiado no momento oportuno.

Ante o exposto, diante da ausência de um dos requisitos autorizadores da tutela de urgência, indefiro o pedido de liminar sem prejuízo de ulterior deliberação pelo relator do feito.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente